

1 INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil é algo que, definitivamente, não escapa de críticas e questionamentos na atualidade. Isto porque existe uma feliz coincidência nas discussões acadêmicas atuais, que priorizam a necessidade de se avaliar e pensar o ensino de maneira mais condizente com a realidade do aluno, do professor e da escola.

É fato que pensar a realidade significa pensar o social, entretanto este trabalho não pretende dar conta de aspectos sociológicos, mas de referências metodológicas, teóricas e estruturais que fazem parte do ensino da língua e que muitas vezes são passíveis de crítica, dadas as inúmeras deficiências nas conceituações apresentadas nos livros.

É bem verdade que não se pode desprezar técnicas, métodos e teorias gramaticais, eles só funcionam se forem apropriados a um contexto específico. Contudo, consideramos a possibilidade de buscar, mesmo que utopicamente, certa uniformidade e unidade nas gramáticas – mesmo sabendo que elas são uniformes para o erro, nunca para o acerto – de modo que dêem conta de *definições e conceitos*, que sejam coerentes com a realidade e com a materialização da língua.

Se atentarmos para uma investigação minuciosa sobre a situação do ensino da gramática nas escolas¹ depreenderemos que, de modo geral, uma grande maioria dos professores ambicionam “ensinar” gramática; alguns não fazem distinção entre o que é ensinado no 1º grau com relação ao 2º e “as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso” (NEVES: 2001, p.10)².

A partir destas constatações escolhi como tema desta dissertação a definição do *sujeito* nas Gramáticas de Língua Portuguesa do Brasil, e me pergunto como estas definições podem ter caráter efetivo e decisivo com relação à aprendizagem da

¹ Este é o nome do capítulo introdutório do livro *A Gramática na Escola* de Maria Helena de Moura Neves, neste momento coincidência com o nome, e a partir deste momento referência obrigatória para este trabalho.

² As referências estatísticas têm como fonte o trabalho realizado por Neves (2001) e podem ser observadas com certa frequência nos livros didáticos que utilizamos.

língua, questiono até que ponto a definição é uma etapa imprescindível para o ensino do que é Sujeito, até que ponto as definições dão conta do universo plurisignificativo e imprevisível da linguagem e da comunicação humana.

O estudo das definições dos termos da análise sintática está presente na obra *Da necessidade de uma Gramática–Padrão da Língua Portuguesa* de Amini Boainain Haüy (1994, p. 6). Esta autora apresenta com grande propriedade os limites verificados nas definições, tendo em vista os manuais de lógica e a maioria das definições dos fatos gramaticais da sintaxe portuguesa. Haüy (1994, p. 9) afirma que a gramática ao elaborar conceitos variados, torna-se equivocada dada a duplicidade dos critérios estabelecidos que se alternam ora formais, ora semânticos. O que de fato problematiza a diversidade da conceituação e de análise dos fatos gramaticais.

A tentativa de tornar objetivo o ensino de algo que se particulariza e se redimensiona a todo instante - no tempo, no espaço e entre as classes sociais – inutiliza o *conceito* como ferramenta indispensável para o ensino da língua, uma vez que é através do seu uso que se constata as diversas realizações do *sujeito* como argumento externo ao verbo (Matheus et alli, 1989) e que por isso mesmo não é um termo ‘integrante’ da oração ou mesmo ‘essencial’ (Cunha, 1982), como muitos gramáticos colocam.

Através da experiência prática como educadora, pude perceber que muitas das estratégias pedagógicas utilizadas por mim para ensinar o *sujeito e o predicado* não funcionavam. As definições representavam uma etapa do ensino, a qual intuitivamente comecei a questionar e abandonar e o verbo passou a ser a estratégia mais convincente, para mim e para os alunos, com vistas a começar o estudo da sintaxe.

Por isso, comecei a perceber que muitos exemplos de frases apresentadas pelos próprios alunos ou mesmo por outros colegas, professores como eu, não correspondiam às teorias propostas nos livros didáticos e nas gramáticas tradicionais. Precisei entender que tradicional significa tudo que se vincula à lógica aristotélica e que ser tradicional não significa ser antigo, mas respeitado.

Todo excesso de regras, definições e nomenclaturas revelaram um perfilar de limitações, confusões e ainda a predominância ‘trans-secular’ do modelo de

inspiração aristotélica. Com isso, tive a consciência de que as definições nunca relegaram papel de destaque aos verbos e que a falta de privilégios dos valores semânticos inerentes a eles representava uma grande deficiência em quase tudo que se apresenta sobre a noção sintática de *sujeito* e suas classificações.

Estabeleci como meta inicial a resposta sobre o por quê das definições nas gramáticas escolares, de onde ou em que lugar na representação da história da língua encontramos a cristalização desta prática. Duas autoras foram fundamentais para o desenvolvimento desta questão: Julia Kristeva (1969) e Maria Helena de Moura Neves (2002).

Kristeva (1969) permite através de sua obra *História da Linguagem* o estudo do histórico da linguagem com um olhar mais voltado para as questões filosóficas. Esta obra fornece os subsídios necessários para o entendimento da tradição *de definir* os fatos da língua, modelo alçado da lógica aristotélica.

Neves (2002) com *A Gramática: história, teoria e análise* propicia uma visão ampla e consistente sobre a história da tradição gramatical e as teorias lingüísticas relativas ao seu desenvolvimento. Favorece amplo esclarecimento sobre a teoria de valências do verbo, comparando as propostas de L. Tesnière com outros lingüistas.

Através de uma revisão literária de gramáticas de larga tradição escolar, mais especificamente as gramáticas de Jeronymo Soares Barbosa (1866), Ernesto Carneiro Ribeiro (1957), João Ribeiro (1887); Eduardo C. Pereira (1907); Epiphanyo Dias (1917); José Oiticica (1940), Alfredo Gomes (1924); Maximino Maciel (1931); Mário Pereira de S. Lima (1937), Antônio Chediak (1955), consideradas pela ordem de publicação anteriores à NGB³, bem como, entre outras, as de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985), Rocha Lima (2000), Evanildo Bechara (1987) e (2000), adotadas nas escolas para o ensino da língua portuguesa verifiquei o tratamento dado por estes autores ao *sujeito* e também a forma com que tratam a sua definição.

Além das gramáticas e compêndios gramaticais, verificamos que existem trabalhos publicados que também tratam o assunto aqui estudado. Como a dissertação de mestrado de Maria Eliana Duarte Alves Brito intitulada *Complementação Verbal: estudo dos elementos nominais básicos do verbo do português*. Este trabalho

³ Projeto de simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958)

objetivou investigar com rigor a complementação verbal. Para cumprir a pesquisa supracitada, a autora partiu da noção tradicional de transitividade exposta por gramáticos e estudiosos da língua, relatando algumas lacunas e incoerências com relação a estes estudos.

Na tentativa de subverter as visões tradicionais apresentadas até então, Brito (1986) afirma primeiro que a noção de complementação verbal é mais abrangente que a de transitividade; segundo que a complementação verbal deve ser considerada em dois planos *o potencial* e *o das realizações*. O *plano potencial* diz respeito aos espaços nominais básicos ligados ao verbo. O termo *espaço* é usado no sentido de *complemento*, com o sentido de elemento nominal básico exigido pelo verbo no *plano potencial*. A intenção principal de Brito (1986) neste trabalho é apresentar uma classificação dos verbos de português em relação a estes espaços nominais que os complementam.

Também de Maria Eliana Duarte Alves de Brito, a sua tese de doutoramento intitulada *Os valores semânticos do sujeito da sintaxe* (1994) procura como o próprio título sugere identificar os valores dos argumentos semânticos da estrutura frásica, investigando a hierarquia que estabelece a prioridade de conexão entre os níveis semântico e sintático. Brito (1994) analisa quatro classes verbais: *os verbos causativos / não causativos, os dicendi, os experienciais e os de estado* e propostas teóricas de Gruber (1976) e de Jackendoff (1983,1987,1990).

Ainda como referencial de produção acadêmica a dissertação Maria de Fátima Duarte Henrique dos Santos, denominada *Tradição e funcionalidade na análise de verbos de medida: um estudo de aspectos sintáticos-semânticos*, examina, a partir de enfoques estruturais e funcionais, as realizações do verbo *medir, pesar, custar e durar*, utilizando-se para isto da gramática de valências.

Santos (2002) avalia os verbos citados com relação à transitividade, tradicionalmente apresentada nas gramáticas. Para em seguida, relativizar a diversidade de traços semânticos constituintes destes verbos a partir do conceito de “transitividade” diferente do usual, apresentado por Michael A K. Halliday. A obra de Maria de Fátima Henrique dos Santos constitui uma referência preciosa para os

estudos dos processos e da ergatividade dos verbos transitivos – restritos a quatro tipos selecionados por ela - segundo a visão do funcionalista de Halliday.

Adeptos da Gramática de Valências, Mário Vilela e Ingedore Koch (2001) favorecem o ensino de questões de forma lógica e sistemática, proporcionando a organização pelo professor de muitos conceitos provindos das gramáticas tradicionais com vistas a uma abrangência maior, são deles também o privilégio de apresentarem os papéis semânticos do *sujeito*.

Dois outros trabalhos que fazem menção ao estudo do *sujeito* sob a perspectiva de complemento são as obras *Iniciação à Sintaxe do Português* de José Carlos Azeredo (1995) e *Fundamentos da Gramática do Português* (2000). Nesta última obra Azeredo apresenta importantes considerações sobre os papéis semânticos do sujeito relativos aos verbos de ação e ao verbo como centro da frase

Com relação ao privilégio da *Gramática Sistemática* de Halliday, acreditamos que as realizações das frases dão-se em função da situação comunicativa que determinará a valência verbal. As perspectivas de estudo de Halliday estão imbricadas na abordagem funcionalista, por isso a gramática sistêmica se destaca por desenvolver uma teoria que dá conta dos aspectos pragmáticos da língua, relativos ao seu uso. A língua é um sistema, a transitividade é um sistema, a frase é um sistema que mediada pela ação central do verbo se realiza em conjunto com participantes, animados e inanimados, somando-se as circunstâncias e as relações entre os participantes e os processos desencadeados pelo verbo.

Até onde pude verificar, não encontrei um trabalho que se privilegiasse o mesmo recorte temático e bibliográfico aqui apresentado. A impropriedade das definições do *Sujeito* e as incoerências decorrentes destas definições, no âmbito das exemplificações apresentadas, significou um desafio, na medida em que outros autores (como Haug, 1994, p. 26-28) também, de certa forma, desenvolveram temas semelhantes.

Entretanto, pretendo com este trabalho alinhar o que tantos outros autores já fizeram sobre o estudo do sujeito, analisando criticamente as definições mais ocorrentes nas gramáticas disponíveis em nossa língua do século XIX até a atualidade propondo uma metodologia de ensino mais aliada com a pesquisa não só

de conteúdo, mas também com a pesquisa reflexiva e crítica das escolhas pedagógicas inerentes ao ensino da própria língua, neste sentido, então, diferente e particular.

1.1

Metodologia

A metodologia adotada para esta dissertação desenvolve em primeiro lugar a apresentação da abordagem funcionalista, com todas as pormenorizações relativas ao histórico deste corrente, ao modelo funcionalista que será adotado, a justificativa pela escolha da gramática funcional e à gramática sistêmica proposta por Halliday.

Faremos uma revisão crítica da literatura que trata *o sujeito* gramatical nas seguintes gramáticas: Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara (1987), Moderna Gramática da Língua Portuguesa de Evanildo Bechara (2001), Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima (2000) e Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985).

Em seguida, dando seqüência à abordagem proposta, pesquisei as definições de sujeito como complemento do verbo buscando embasamento nas gramáticas de Mário Vilela (1992), Mário Vilela & Ingedore Koch (2001) e Busse & Vilela (1986) e procurando enfatizar o sujeito como complemento do verbo, para em seguida, a partir da perspectiva de Michael Halliday apresentar o *sujeito* como um dos participantes do processo verbal.

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos a saber:

O capítulo I apresenta um breve resumo sobre as justificativas e as reais motivações que levaram ao estudo do sujeito e das suas definições.

O capítulo II apresenta a revisão crítica das definições, remetendo primeiramente a Aristóteles, depois às definições das gramáticas tradicionais vigentes antes e depois da NGB e de dicionários lingüísticos;

O capítulo III apresenta uma pequena síntese do fundamento teórico de linha funcionalista, bem como da gramática funcional de Michael Halliday, da gramática de dependências de Tesnière, precursor da gramática de valências;

O capítulo IV retoma as questões problemáticas identificadas através da revisão de literatura sobre as definições do sujeito no Capítulo II, priorizando a análise do material didático e propondo uma nova postura diante da rigidez diante da tradição;

O capítulo V apresenta as considerações finais.